

Artur Paiva dos Santos Sánchez

Fisioterapeuta. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará. E-mail:

arturfisioterapeuta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9261-8718>

Introdução: Obter um certificado de incapacidade na Colômbia em uma perspectiva biopsicossocial tem sido um desafio que as pessoas em situação de incapacidade demandam e o país tem assumido no marco da legislação vigente e de acordos internacionais aos quais aderiu o Estado Colombiano. Para esse processo foi adotado na Resolução 113 de 2020 a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), pois trata-se de uma ferramenta com validação internacional. Esta Resolução dita as disposições em relação a Certificação de Incapacidade e Registro de Localização e Caracterização de Pessoas com Incapacidade. Este marco legal posiciona a Colômbia entre os países que tem alcançado avanços importantes na implementação da CIF em políticas públicas.

Objetivo: Conhecer a produção científica, os aspectos operacionais e processuais do uso da CIF na Colômbia.

Método: Trata-se de uma breve revisão da literatura desenvolvido em seis fases: (1) formulação do objeto de pesquisa; (2) definição dos termos de busca, critérios de elegibilidade e bases de dados; (3) busca nas bases de dados; (4) extração dos dados; (5) análise dos estudos selecionados; (6) síntese da revisão. Na etapa 1 tomando conhecimento sobre os avanços em termos de legislação sobre o uso da CIF na Colômbia, foi possível identificar enquanto problema de pesquisa que são limitados os estudos que buscam sumarizar a literatura científica sobre o tema. A busca foi conduzida seguindo as seguintes estratégias: PubMed: #1 *International Classification of Functioning, Disability and Health* AND #2 Colômbia; SciELO: Equação 1 – ((*Clasificación Internacional de Funcionamiento, Discapacidad y Salud*) AND Colômbia); Equação 2 - (*Discapacidad* AND Colômbia); Equação 3 – (CIF AND Colômbia). Foram consultadas de forma complementar Leis, Resoluções e Decretos do Ministério da Saúde e Proteção Social da Colômbia. Enquanto critério de elegibilidade considerou-se: estudos que tratam da CIF no contexto de aplicação clínica, descrição epidemiológica, bem como em políticas públicas no âmbito social e de saúde. Não foram efetuados recortes por idioma e ano de publicação. O filtro inicial se deu por meio da leitura de título e resumos, posteriormente, foi conduzida leitura dos estudos na íntegra para composição da amostra desta pesquisa. Os dados analisados foram: tipo de estudo, autores, revista científica, fator de impacto, ano de publicação, aplicação da CIF e marco legal da implementação da CIF na Colômbia. Para análise foram consideradas duas categorias temáticas: (1) instrumentos baseados e derivados da CIF em uso na Colômbia; (2) certificado de incapacidade: aspectos legais e operacionais.

Resultados: Na SciELO para a equação 1 foram encontrados 6 estudos e incluídos na amostra 3 estudos, para equação 2 foram encontradas 219 pesquisas e incluídos 10 artigos e na equação 3 foram localizados 7 estudos, porém nenhum deles foram selecionados. Na PubMed foram identificados 7 estudos e 2 foram selecionados. O ano com maior taxa de publicação foi 2013

(33%). A maioria dos estudos versam sobre a criação de ferramentas para certificação da incapacidade na Colômbia. A maior parte dos autores são da área de reabilitação e do campo social. As revistas em sua maior parte possuem alcance nacional, sendo identificado apenas um estudo com alcance internacional (PLOS One), sendo esta a revista com maior fator de impacto (2.776). O método de pesquisa com maior destaque é o descritivo: descrição epidemiológica, utilizando a funcionalidade como indicador e desfecho principal. Alguns estudos são metodológicos com proposta de validação de ferramentas baseadas ou derivadas da CIF e alguns utilizam-se do WHODAS 2.0 como ferramenta comparativa. Apenas um estudo de revisão foi identificado e declara que a maior quantidade dos investigadores é da área de reabilitação. Dois estudos teóricos fazem um resgate histórico sobre o termo e conceito de incapacidade (*discapacidad*) e apresentam os marcos legais e conceituais para construção do processo de “*Certificación de Discapacidad*”. Percebe-se ainda uma confusão no uso do termo *discapacidad* ora aplicado à deficiência e outra aplicado à incapacidade no mesmo estudo. Quanto aos instrumentos descritos nos estudos selecionados (amostra de 15 artigos) destacam-se: lista de categorias da CIF para aplicação no contexto da educação; questionário para avaliação de limitações das atividades e restrições da participação em crianças com TDAH; WHODAS 2.0; Escala do Estado de Atividade de Duke para uso em pessoas com insuficiência cardíaca; WHOQOL-DIS; Registro para Localização e Caracterização de Pessoas com Incapacidade (RLPCD) e Lista de categorias da CIF para identificação do perfil de funcionalidade e cadastro no RLPCD. Quanto ao marco legal destaca-se: a Lei 1346 de 2009; Lei 1618 de 2013; Decreto 1507 de 2014; Lei 1751 de 2015; Resolução 583 de 2018; Resolução 246 de 2019; Resolução 113 de 2020. Vale destacar a Resolução 113 de 2020, pois nela contempla toda a descrição do processo de emissão do certificado de incapacidade para solicitantes colombianos. A certificação de incapacidade é o procedimento de avaliação clínica multidisciplinar simultânea, fundamentada na CIF, que permite identificar as deficiências corporais, incluindo as psicológicas, as limitações nas atividades e as restrições de participação que apresenta uma pessoa, cujo resultados se expressam em um certificado (laudo) e são parte integral do RLPCD. A equipe é multidisciplinar e formada por 3 profissionais sendo eles: 1 médico generalista ou especialista e mais 2 profissionais (fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, enfermagem, optometria ou assistente social). A pessoa solicitante dirige-se à secretaria de saúde com história clínica emitida pelo médico e solicita fazer parte do processo de certificação da situação de incapacidade. A Entidade Promotora de Serviços de Saúde (EPS) seleciona a Instituição Prestadora de Serviços de Saúde (IPS) que contenha a equipe qualificada e registrada pelo Ministério da Saúde para responsabilizar-se pela consulta e emissão do certificado. O solicitante dirige-se a IPS, submete-se a avaliação e recebe como produto o certificado de incapacidade que poderá ser atualizado em outras condições. Após a equipe insere todos os dados da avaliação no RLPCD. Na consulta ocorre: identificação de deficiências corporais com codificação conforme a CIF; avaliação de limitações e restrições com codificação baseada na CIF e avaliação do nível de dificuldade nas atividades e participação (Questionário para crianças e jovens e o WHODAS 2.0); solicitação de informações sobre os fatores pessoais e ambientais (não são codificados com base na CIF). O certificado possui a seguinte estrutura: dados pessoais; lugar e data de certificação; categoria da deficiência; nível de dificuldade nas atividades e participação; perfil de funcionalidade; e assinaturas dos profissionais e solicitantes.

Considerações finais: A Colômbia com essas medidas legais e operacionais avança de forma importante e significativa na implementação da CIF. Os dados presentes no RLPCD podem ser utilizados para emissão de boletins epidemiológicos sobre incapacidade, formulação de políticas públicas para pessoas com incapacidade, bem como possibilita um banco de dados nacional para estudos comparativos com outros países. Um estudo sistemático está sendo conduzido para melhor responder a pergunta de pesquisa desse estudo.

Referências

- ANGARITA OSSA, J. J. La dinámica organizativa: el caso del colectivo de personas con Discapacidad em Cali, Colombia. **Hacia promoc. Saúde**, Manizales, v. 19, n. 1, p. 39-53, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75772014000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.
- BERNAL-CASTRO, C. A. Aplicação de sistemas de classificação em contextos educativos: Facilitando os processos de inclusão de pessoas em situação de deficiência intelectual. **rev.fac.med.**, Bogotá, v. 61, n. 2, p. 20-25, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-00112013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.
- CASTRO-ALZATE, E. S.; CARDONA-MARÍN, L. M.; PACHECO, R.; GAMBOA-PROAÑO, M.; BUSTOS, C.; SALDIVIA, S. Modelo explicativo de discapacidad en población con trastornos mentales graves: un estudio multicéntrico en tres países de Sudamérica. **Revista Ciencias de la Salud**, v. 19, n. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.10713>. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/revsalud/article/view/10713>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- CORTES-REYES, E.; RIVEROS, L. T.; PINEDA-ORTIZ, G. A. Classificação internacional de funcionamento, deficiência e certificação de deficiência na Colômbia. **Rev. salud pública**, Bogotá, v. 15, n. 1, p. 129-137, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642013000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.
- CRUZ-VELANDIA, I. et al. Caracterização de investigações em incapacidade na Colômbia 2005-2012. **rev.fac.med.**, Bogotá, v. 61, n. 2, p. 3-8, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-00112013000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.
- CRUZ-VELANDIA, I. et al. Hacia a formulação de uma Agenda de Investigação em Desabilitação para a Colômbia. **Rev. Fac. Nac. Saúde Pública**, Medellín, v. 35, n. 2, p. 225-235, maio de 2017. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.rfnsp.v35n2a07>. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2017000200225&lng=en&nrm=iso. acesso em 30 de junho de 2022.
- DUARTE-CUERVO, C. et al. Aproximação a las capacidades de investigación em deficiência na Colômbia. **rev. fac. med.**, Bogotá, v. 63, supl. 1, p. 13-24, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15446/revfacmed.v63n3sup.49351>. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-00112015000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.
- FISCHER, J.; JANSEN, B.; RIVERA, A.; GÓMEZ, L. J.; BARBOSA, M. C.; BILBAO, J. L. et al. Validação de um kit de ferramentas de NTD cruzado para avaliação de morbidade e incapacidade relacionadas a NTD. Uma validação qualitativa transcultural de instrumentos de estudo na Colômbia. **PLoS ONE**, v. 14, n. 12, e0223042, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0223042>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0223042>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GIL-OBANDO, L. M. et al. Desabilitação e relação com variáveis sociodemográficas e clínicas em adultos de San Juan de Pasto - Nariño, Colombia. **Univ. Saúde**, Pasto, v. 18, n. 3, p. 505-513, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22267/rus.161803.55>. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-71072016000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

GOMEZ-ARISTIZABAL, L. Y.; AVELLA-TOLOSA, A.; MORALES, L. A. Observatorio de Discapacidad de Colombia. **Rev. Fac. Nac. Saúde Pública**, v. 33, n. 2, p. 277-285, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.rfnsp.v33n2a14>. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2015000200014&lng=e&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

GUZMAN-SUAREZ, O. B. Certificação de deficiência como ferramenta para a acessibilidade aos direitos e inclusão social. **Rev. salud pública**, Bogotá, v. 15, n. 1, p. 149-157, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642013000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

MORENO-ANGARITA, M. et al. Construção de uma herança para certificar a incapacidade na Colômbia. **Rev. salud pública**, Bogotá, v. 15, n. 4, p. 566-578, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642013000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

SALAMANCA DUQUE, L. M. et al. Confiabilidade intraevaluador del cuestionario para limitações na atividade e restrições na participação de crianças com TDAH. **rev. colomb. psiquiatr.**, Bogotá, v. 43, n. 1, p. 25-31, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-74502014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANCHEZ-ROPERO, E. M. et al. Validación para Colombia del cuestionario para la “Medición de la capacidad funcional en pacientes com queda cardíaca”. **Rev. Colomb. Cardiol.**, Bogotá, v. 25, n. 6, p. 356-365, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rccar.2018.04.004>. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-56332018000600356&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.

VANEGAS-SAEENZ, H. D.; SOTO-CESPEDES, J. C.; SANCHEZ-FRANK, J. V. Relação entre determinantes sociais de saúde e perfil de funcionamento de pessoas com deficiência do município Los Patios, Norte de Santander, Colômbia. **Rev. salud pública**, Bogotá, v. 22, n. 1, e201, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15446/rsap.v22n1.78682>. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642020000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2022.